

BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 07.299.480/0001-82
Sede: Cidade de Deus - Frelói Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Cotistas,
No exercício, a BEC DTVM registrou Lucro Líquido de R\$ 1,751 milhão, Patrimônio Líquido de R\$ 39,314 milhões e Ativos Totais de R\$ 40,413 milhões.

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, da BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (BEC DTVM), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Osasco, SP, 25 de janeiro de 2013.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

ATIVO	2012	2011	PASSIVO	2012	2011
CIRCULANTE	40.412	38.839	CIRCULANTE	1.099	1.295
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	47	9	OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.099	1.295
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTR. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 5)	40.319	38.808	Sociais e Estatutárias (Nota 9d)	16	78
Carteira Própria	40.319	38.808	Fiscais e Previdenciárias (Nota 8a)	984	1.106
OUTROS CRÉDITOS	46	22	Diversas (Nota 8b)	99	111
Diversos (Nota 6)	46	22	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	39.314	37.579
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	-	35	Capital:		
OUTROS CRÉDITOS	-	35	- De Domiciliados no País (Nota 9a)	20.000	16.500
Diversos (Nota 6)	-	35	Reservas de Lucros (Nota 9b)	19.314	21.079
PERMANENTE	1	-	TOTAL	40.413	38.874
INVESTIMENTOS	1	-			
Outros Investimentos	2	2			
Provisões para Perdas	(1)	(2)			
TOTAL	40.413	38.874			

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2º Semestre 2012	2011
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.423	3.253
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5b)	1.423	3.253
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.423	3.253
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(151)	(364)
Outras Despesas Administrativas (Nota 10)	(75)	(195)
Despesas Tributárias (Nota 11)	(73)	(175)
Outras Receitas Operacionais (Nota 12)	-	28
Outras Despesas Operacionais (Nota 12)	(3)	(22)
RESULTADO OPERACIONAL	1.272	2.889
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 15b)	-	10.483
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	1.272	2.889
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 15)	(503)	(1.138)
LUCRO LÍQUIDO	769	1.751
Número de cotas (Nota 9a)	20.000.000	20.000.000
Lucro por lote de mil cotas em R\$	38,45	87,56

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2º Semestre 2012	2011
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.272	2.889
Ganho na Alienação de Investimentos	-	(10.483)
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	1.272	3.200
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	(1.088)	(1.511)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos	(1)	6
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	7	(14)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(72)	(1.254)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	118	116
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Aplicação de Investimentos	-	(1)
Alienação de Investimentos	-	10.483
Dividendos Recebidos	-	64
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades de Investimentos	-	10.546
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Dividendos Pagos	(78)	(78)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	(78)	(78)
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	40	38
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	7	9
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	47	47
Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa	40	38

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (BEC DTVM ou Instituição) é uma instituição financeira que tem por objetivo efetuar operações de intermediação no mercado aberto, além de gerir e administrar recursos de terceiros. É parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem, estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões civis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros; e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 25 de janeiro de 2013.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda.

d) Títulos e valores mobiliários - Classificação

- Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadraram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
- Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

e) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos".

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas do segmento financeiro.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas Leis estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

f) Investimentos

Outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

g) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), e caso seja detectada uma perda, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável apurado pelo: (i) potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas ou (ii) valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa, dos dois o maior. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

h) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

- **Ativos Contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas (Nota 7a);
- **Provisões:** são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social		Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Totais
	Legal	Estatutárias	Legal	Estatutárias		
Saldos em 30.6.2012	20.000	1.755	16.797	-	-	38.552
Lucro Líquido	-	-	-	769	769	-
Destinações: - Reservas	-	39	723	(762)	-	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	(7)	(7)	(7)
Saldos em 31.12.2012	20.000	1.794	17.520	-	-	39.314
Saldos em 31.12.2010	15.000	1.294	13.122	-	-	29.416
Aumento de Capital com Reservas	1.500	-	(1.500)	-	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	8.241	8.241	-
Destinações: - Reservas	-	412	7.751	(8.163)	-	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	(78)	(78)	(78)
Saldos em 31.12.2011	16.500	1.706	19.373	-	-	37.579
Aumento de Capital com Reservas	3.500	-	(3.500)	-	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	1.751	1.751	-
Destinações: - Reservas	-	88	1.647	(1.735)	-	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	(16)	(16)	(16)
Saldos em 31.12.2012	20.000	1.794	17.520	-	-	39.314

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil

Descrição	2º Semestre 2012		Exercícios findos em 31 de dezembro 2011	
	2012	%	2011	%
1 - RECEITAS	1.420	105,6	3.259	106,4
1.1) Intermediação Financeira	1.423	105,8	3.253	106,2
1.2) Outras	(3)	(0,2)	6	0,2
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(75)	(5,6)	(195)	(6,4)
Serviços do sistema financeiro	(6)	(0,5)	(12)	(0,5)
Propaganda, promoções e publicidade	(53)	(3,9)	(137)	(4,5)
Contribuição sindical patronal	-	-	(14)	(0,5)
Serviços técnicos especializados	(16)	(1,2)	(32)	(0,9)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	1.345	100,0	3.064	100,0
4 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO				
PRODUZIDO PELA ENTIDADE	1.345	100,0	3.064	100,0
5 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	1.345	100,0	3.064	100,0
6 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	1.345	100,0	3.064	100,0
6.1) Impostos, Taxas e Contribuições	576	42,8	1.313	42,9
Federal	576	42,8	1.313	42,9
6.2) Remuneração de Capitais Próprios	769	57,2	1.751	57,1
Dividendos Propostos	7	0,5	16	0,5
Lucros Retidos	762	56,7	1.735	56,6

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas (Nota 7b); e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

i) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base *pro rata* dia).

j) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente que requerem ajustes ou divulgações para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2012.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Disponibilidades em moeda nacional	47	9
Total de disponibilidades (caixa)	47	9
Total caixa e equivalentes de caixa	47	9

5) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação por categorias e prazos

Títulos (1)	2012		2011	
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
Títulos para negociação: (3)				
Certificados de depósitos bancários	-	302	666	1.104
Debêntures	-	-	30	1.865
Letras do tesouro nacional	-	101	-	905
Letras financeiras do tesouro	-	4.173	239	13.535
Operações compromissadas	11.465	-	-	11.465
Notas promissórias	-	-	-	-
Outros	-	-	733	5.201
Total em 2012	11.465	4.576	1.668	22.610
Total em 2011	11.713	280	4.020	22.795

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos. No encerramento do exercício, os investimentos em fundos exclusivos administrados pelo Conglomerado Bradesco somavam R\$ 40.319 mil (2011 - R\$ 38.808 mil) Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil;

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas; e

(3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante.

b

BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 07.299.480/0001-82
Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

7) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Passivos Contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivadas, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

c) Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, não há processos contingentes avaliados como de perda possível de natureza relevante.

8) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	973	1.088
Impostos e contribuições a recolher	11	18
Total	984	1.106

b) Diversas

Refere-se à provisão para pagamentos a efetuar, no montante de R\$ 99 mil (2011 - R\$ 111 mil).

9) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social no montante de R\$ 20.000 mil (2011 - R\$ 16.500 mil) totalmente subscrito e integralizado, é composto por 20.000.000 (2011 - 16.500.000) de cotas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

b) Movimentação do Capital Social

	Quantidade de Cotas		R\$ mil	
	2012	2011	2012	2011
Em 31 de dezembro de 2011.....	16.500.000	16.500	16.500	16.500
Aumento de Capital (1).....	3.500.000	3.500	3.500	3.500
Em 31 de dezembro de 2012.....	20.000.000	20.000	20.000	20.000

(1) Em 10 de maio de 2012 o BACEN homologou o Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social de 9 de abril de 2012, que deliberou o aumento do capital social em R\$ 3.500 mil, elevando-o de R\$ 16.500 mil para R\$ 20.000 mil, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reservas de Lucros - Estatutária", com a criação de 3.500.000 cotas, de valor nominal de R\$ 1,00 cada, atribuindo-as à Sócia-Cotista Alvorada Cartões, Crédito, Financiamento e Investimento S.A., com a concordância do Sócio-Cotista Banco Bradesco S.A.

c) Reservas de Lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Reservas de Lucros	19.314	21.079
- Reserva Legal (1).....	1.794	1.706
- Reserva Estatutária (2)	17.520	19.373

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 80% do Capital Social Integralizado.

d) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Aos Sócios-Cotistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

O cálculo dos dividendos relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro, está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	
	2012	2011
Lucro Líquido	1.751	8.241
(-) Reserva Legal - 5% sobre o lucro.....	(88)	(412)
Base de cálculo	1.663	7.829
Dividendos propostos	16	78
Percentual em relação ao lucro líquido ajustado	1,0%	1,0%
Valor em Reais por lote de mil cotas	0,80	4,73

10) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Serviços do sistema financeiro.....	12	17
Obrigações sociais - contribuição sindical.....	14	12
Propaganda e publicidade.....	137	146
Serviços técnicos especializados.....	32	34
Total	195	209

11) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Contribuição à COFINS.....	130	143
Contribuição ao PIS.....	21	23
Despesas com impostos e taxas.....	24	19
Total	175	185

12) OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Atualizações de impostos e contribuições.....	(19)	(15)
Reversões de provisões	28	11
Dividendos/JCP recebidos	-	65
Outras.....	(3)	1
Total	6	62

13) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com o controlador e empresa coligada estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2012 Ativos (passivos)	2011 Ativos (passivos)	2012 Receitas (despesas)	2011 Receitas (despesas)
Disponibilidades:				
Banco Bradesco S.A.	47	9	-	-
Dividendos:				
Alvorada Cartões, Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	(16)	(78)	-	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Reunião dos Sócios-Cotistas é fixado:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

A Instituição é parte integrante da organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos Conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
 - Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
 - Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.
- Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

14) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	2.889	13.683
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente	(1.156)	(5.473)
Despesas indutíveis líquidas das receitas não tributáveis	-	7
Outros valores	18	24
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(1.138)	(5.442)

15) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos e da globalização dos negócios da Organização Bradesco, motivo de constante aprimoramento desta atividade na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle. Promove ainda a atualização dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos, desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento permite que os riscos sejam proativamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados, o que se faz necessário em face da complexidade dos produtos financeiros e do perfil da atividade da Organização Bradesco.

A BEC DTVM como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) O Resultado não Operacional de 2011, refere-se ao lucro apurado na alienação das ações da CETIP S.A.

c) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alguns procedimentos contábeis, suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovado pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados foram:

Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);

Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);

Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);

Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);

Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);

Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);

Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23); e

Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

A DIRETORIA

Célio Magalhães – Contador – CRC 1SP199295/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da

BEC Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da BEC Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não

para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BEC Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2012, que estão sendo apresentadas como informações suplementares. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 05 de março de 2013



KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Zenko Nakassato

Contador CRC 1SP160769/O-0

Sumário

Caderno Empresarial 2

BALANÇO

BANCO BRADESCARD S/A	5
BEC - DTVM LTDA.....	3

Diário Oficial Empresarial 2
Estado de São Paulo

Volume 123 • Número 43

Página 4

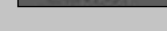
São Paulo, quinta-feira, 7 de março de 2013

imprensaoficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO



Prêmio Mario Covas 2008
DO. online - A transparência dos atos do Governo disponível ao cidadão



documento assinado digitalmente

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO</

